

O debate pós-colonial e a emergência de um paradigma investigativo indígena¹

Adan R. Moreira Martins²
Priscila da Silva Nascimento³

O paradigma investigativo indígena ou ciência nativa começa a emergir nas décadas de 1960 e 1970 em países como África do Sul, Nova Zelândia, Austrália, Estados Unidos e Canadá. Este processo esteve intimamente ligado ao ingresso de indígenas nos espaços de educação formal, no caso a universidade, e à forte pressão que exerceram no interior destas instituições para que pudessem produzir conhecimento científico a partir de seus próprios referenciais culturais.

No início, a luta destes indígenas esteve centrada na defesa da permanência estudantil e no direito de serem aceitos nas universidades como pesquisadores indígenas. Obrigados a cumprir os protocolos institucionais e a utilizar metodologias já consolidadas para validarem seus projetos perante a comunidade acadêmica não puderam, neste momento, elaborar e utilizar métodos próprios de investigação.

O uso da linguagem científica tradicional, no entanto, demonstrou aos poucos ser insuficiente para refletir adequadamente as problemáticas indígenas. À medida em que mais indígenas adentravam nas universidades e se interessavam em produzir conhecimento científico, aumentava o desconforto com a prática de transpor conceitos e teorias produzidas para e pela sociedade envolvente para compreensão da realidade dos povos indígenas. Desafiados pela histórica dinâmica de exclusão que caracteriza o ambiente acadêmico, tiveram que demonstrar, a partir do questionamento dos cânones científicos vigentes, que uma

¹ Grupo de Trabalho 3. Descolonización epistémica desde el Sur indo-afro-latinoamericano

² Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) / Professora Assistente I da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) / Brasil; E-mail pri18silva@ig.com.br

³ Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal da Amazônia (UFAM) / Professor do Instituto Federal (IFPA) / Brasil; E-mail kikobarrocco1@yahoo.com.br

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul
v. 2, n. 1, 2018.

narrativa indígena em diálogo com a mitologia e a tradição poderia também constituir conhecimento em moldes científicos e que este conhecimento também era legítimo.

A ideia de se construir um paradigma investigativo indígena começa a ganhar contornos mais claros a partir da década de 1980. Neste período, um grande número de indígenas já questionava de forma mais explícita o tratamento dado à questão indígena por inúmeros pesquisadores, propondo em contrapartida novas metodologias e categorias analíticas melhor adaptadas à realidade de seus grupos étnicos. Alertavam também para a necessidade da descolonização do pensamento científico ocidental, por entender os saberes indígenas como relíquias arqueológicas, superstição, narrativa mitológica, entre outros, e nunca como ciência.

Embora isto tenha representado uma significativa abertura no debate sobre o pluralismo epistemológico, os indígenas tiveram, contudo, que esperar ainda algum tempo para acionar estas novas metodologias, sob pena de terem questionados a legitimidade de seu trabalho e sua posição de pesquisador.

Questionar as bases da ciência tradicional e propor uma ciência nativa passava, necessariamente, por desvelar criticamente o discurso colonial dominante que por muito tempo promoveu uma visão cristalizada e anacrônica dos povos indígenas, critica esta que encontrou eco nos estudos denominados pós-coloniais.

As teorias pós-coloniais ou pós-colonialistas se desenvolveram primeiramente no contexto anglo-saxão nas décadas de 1980-90 com a preocupação de deslocar o olhar para as margens dos centros hegemônicos de produção de conhecimento, de forma a privilegiar o lugar de enunciação de sujeitos que foram historicamente subalternizados. Embora muito diferentes entre si, possuem o objetivo político comum de criticar o projeto científico moderno através da reflexão sobre os efeitos das estruturas de poder coloniais e suas formas de pensamento sobre sociedades e culturas periféricas.

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul
v. 2, n. 1, 2018.

Conforme argumenta Costa (2006, p. 117), o projeto da modernidade ocidental é questionado pelos teóricos pós-coloniais com o intuito de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções de modernidade. Neste sentido, os estudos pós-coloniais se constituirão como uma crítica radical à concepção de sujeito por traz do conhecimento científico moderno que, amparado na ideia de progresso amplamente difundida a partir do século XVIII, reforçou as estruturas de poder estabelecidas pela conquista europeia, que impôs aos mais diferentes povos sua concepção de espaço-tempo e uma nova relação entre natureza e cultura.

A constituição dos parâmetros epistemológicos do pensamento moderno está profundamente amparada em uma situação de dominação e exploração. Com efeito, a ideia de um sujeito epistêmico universal, sem sexualidade, gênero, etnia, classe, espiritualidade, língua, e que produz a *verdade* a partir de um monólogo interior consigo mesmo sem relação com nada de fora é apenas um dos vários efeitos deste processo. Muitos autores (QUIJANO, 1992; MIGNOLO, 2006; SPIVAK, 2010) têm denunciado, cada um ao seu modo, as características específicas deste sujeito, a saber, homem branco, europeu, heterossexual e proprietário dos meios de produção.

O caráter excludente do projeto moderno e de sua matriz epistêmica invisibilizou todos os sujeitos que se encontram distantes do padrão denominado por Castro-Gómez e Grosfoguel (2007, p. 72) de “sistema-mundo europeu/euronorteamericano/capitalista/patriarcalmoderno/colonial”. Sob esta perspectiva, é “normal” que sejam poucos aqueles autorizados a produzir, validar e colocar em circulação dentro das universidades outras formas de conhecimento.

A pensadora indiana Gayatri Spivak (2010), cujo projeto teórico se concentra em uma subárea dos estudos pós-coloniais denominado *subaltern studies*, caracterizou esta condição descrita acima através da palavra subalternidade. Para ela, subalterno é todo aquele que não

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul
v. 2, n. 1, 2018.

possui voz ou representatividade – política, legal, entre outros - em decorrência do status social que adquiriu ao longo do processo de colonização.

Em *Pode o subalterno falar?*, sua obra mais conhecida discute a necessidade da descolonização do pensamento científico ocidental a partir do argumento de que não se trata apenas de dar voz ao outro subalternizado, como pretendem alguns pensadores deste campo de estudo, mas de constituir as bases epistêmicas para que o mesmo seja compreendido a partir de outras lógicas. Neste projeto, o papel dos intelectuais é questionado e sua conivência com as estruturas de dominação, ao se reivindicarem como representantes do discurso do outro, denunciada. De acordo com Carvalho (2001), o projeto teórico-político desta pensadora, centrado na reflexão sobre a consciência da mulher subalterna, está relacionado à sua necessidade biográfica de desfazer o duplo lugar de fala subalterna que lhe foi imposto desde a infância, a saber, o de mulher em uma nação colonizada.

Na América Latina, os estudos pós-coloniais emergiram através de uma profunda crítica a herança colonial nas diversas esferas da sociedade. De acordo com Quijano (2000, p. 201), esta herança se refere, basicamente, ao processo jurídico e econômico de apropriação de novos territórios pelos europeus iniciado no século XVI. No campo científico, se expressa por meio daquilo que denomina de “colonialidad del poder”, que produz uma contínua invisibilização dos povos indígenas como produtores de conhecimento sistematizado. Como ressalta Quijano (1992, p. 37), a colonialidade do poder é regida por “una racionalidad específica o perspectiva del conocimiento que se impuso mundialmente de forma hegemónica colonizando y sobreponiéndose sobre saberes concretos”.

A inversão de perspectiva geopolítica produzida pelos estudos pós-coloniais colocou em cena uma multiplicidade de sujeitos sócio-históricos até então excluídos do processo de produção de conhecimento pelos saberes dominantes. De acordo com Walsh (2009, p. 27), isto abriu espaço para a formulação de modelos epistemológicos contra hegemônicos atentos à questão do eurocentrismo, do racismo e da condição colonial a qual estão submetidos os mais

diferentes povos. Estes modelos serviram de ponto de partida para a proposição de um paradigma investigativo indígena.

A reflexão sobre a descolonização do pensamento científico ocidental proposta pelos estudos pós-coloniais foi, sem sombra de dúvidas, um passo importante para a formulação do paradigma investigativo indígena. Seu papel foi principalmente o de desvelar segundo o sociólogo Boaventura de Souza Santos (2010, p. 57) “la destrucción de los conocimientos propios de los pueblos causada por el colonialismo europeo, que a su vez generó un imperialismo cultural y la consecuente pérdida de experiencias cognitivas”.

Assim, embora os intelectuais indígenas estejam propondo uma ciência que difere dos paradigmas ocidentais que ainda respaldam a teoria pós-colonial partindo, por exemplo, dos universos simbólicos de seus respectivos grupos étnicos e incluindo a língua nativa como lugar de enunciação, o conhecimento como processo coletivo e uma perspectiva relacional do mundo partilham da importante crítica dos pós-coloniais sobre as bases científicas ocidentais tanto em sua dimensão epistemológica quanto em sua legitimidade e representatividade quando se pretende como um conhecimento universalmente válido.

Referências

CARVALHO, José Jorge. O olhar etnográfico e a voz subalterna, *Horizontes Antropológicos*, v.7, n.15, p. 107-147, Porto Alegre, jul., 2001.

CASTRO-GÓMEZ, S; GROSFUGUEL, R. *El giro decolonial, reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre editores, 2007.

COSTA, Sergio. Desprovincializando a Sociologia – A contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 21, n. 60, 2006.

MIGNOLO, W. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistêmica. In: SANTOS, B. (Org) *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul
v. 2, n. 1, 2018.

QUIJANO, A. *Colonialidad del poder modernidade racionalidad*. Bogotá: Editores Tercer Mundo, 1992.

_____. *Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina*. Colonialidad del Saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Buenos Aires: CLACSO-UNESCO, 2000.

SANTOS, B. S. *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Uruguay: Ediciones Trilce, 2010.

SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?*. Minas Gerais: UFMG, 2010.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.